



FÓRUM SOCIAL PORTUGUÊS
Um outro mundo é possível!

1.º Encontro do Fórum Social Português – 7 - 9 de Junho

Conferência 3.

Tema:

As políticas neoliberais e degradação da democracia

Eixo 3. As políticas sociais neoliberais e o aumento das desigualdades

Um outro mundo é possível?

O Fórum Social Mundial realizado, pela primeira vez em 2001 no Brasil foi a base para a realização, em Portugal, do 1º Fórum Social que juntou vários movimentos e entidades da sociedade civil em conferências, oficinas e exposições. Durante dois dias, Lisboa foi o palco de muitas iniciativas e movimentos que reclamaram por um mundo melhor, mais igualitário onde os direitos fundamentais sejam respeitados de facto.

“A Cimeira dos oito países mais poderosos do mundo, que decorreu na cidade transalpina de Évian (França) foi encabeçada por duas temáticas basilares: as perspectivas do crescimento da economia global, o combate ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa... (eixo do mal), e a visão protagonizada por Lula da Silva ... que propõe a afectação de uma percentagem das receitas da venda de armamento para a constituição de um fundo mundial de luta contra a fome.

Este quadro, bem actual, dá-nos uma síntese da importância que ocupam hoje os senhores responsáveis pelas políticas económicas neo-liberais e a tensão dos países subdesenvolvidos que lutam pela defesa da solidariedade, entre ricos e pobres.

Nos últimos anos, particularmente a partir da década de oitenta, o domínio do capital tem sido cada vez mais global. A sua projecção mundial tem-se intensificado, e muito poucos territórios escapam à sua lógica predadora. A mercantilização das distintas facetas da vida afecta já praticamente todos os âmbitos da nossa existência. O capital transnacional produtivo, e especialmente o financeiro e especulativo, é o novo “senhor”, que opera praticamente sem restrições em todo o planeta.

Esta nova forma de funcionamento, está impregnada pelas políticas neo-liberais, onde não têm cabimento os valores humanos, sociais e ambientais. Tudo se submete à lógica do mercado e à competitividade!

O Fórum Económico Mundial de Davos, reconheceu que cada país devia aplicar a política económica e social que lhe conviesse, sem exigir fidelidade à ortodoxia económica e financeira que dominou as nossas vidas no decurso dos últimos 10 anos.

A razão desta mudança de atitude do Fórum dos Ricos, foi o desastre económico dos 10 anos de dogmas do “Consenso de Washington”.

Este mal denominado “Consenso de Washington”, ordenou: uma disciplina orçamental- a paixão pela eliminação do défice; uma reforma fiscal- beneficiando os que mais têm; uma liberalização comercial- desmantelando os direitos aduaneiros dos países menos desenvolvidos sem contrapartida em relação aos

países ricos; abertura aos investimentos estrangeiros- sem norma nem controlo; privatizações- o património público passou para as mãos dos privados; a garantia absoluta do direito de propriedade e a manutenção ou instalação de “governo mínimo” (excepto na área policial).

Este documento foi elaborado em meados dos anos oitenta, por um grupo restrito, com interesses bem definidos, designadamente na área financeira (funcionários do governo E.U.A, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional). O “consenso” previa que o crescimento económico aumentaria, a pobreza diminuiria e que o emprego cresceria. Foi tudo ao contrário, e o uso intensivo dos recursos naturais provocou uma deterioração irreparável do ambiente.

A América Latina, principal vítima deste consenso, é um claro exemplo deste desastre...

Em 1980, havia 120 milhões de pobres, em 1999, 220 milhões, 45,5 % da população; e os 20% dos mais ricos são cerca de 19 vezes mais ricos do que 20% dos mais pobres.

Os caminhos de ferro, telecomunicações, linhas aéreas, serviços de água potável e energia, foram praticamente liquidados e entregues a macro- empresas americanas e europeias.

As despesas públicas na educação, saúde, protecção e ajudas sociais foram reduzidas; as medidas de controlo dos preços foram abolidas; os salários congelados e milhões de trabalhadores despedidos pelos novos dirigentes das empresas públicas privatizadas.

Há quem afirme que neste sistema os ganhos a nível global são manifestos, mas a verdade é que os lucros não são distribuídos a favor dos que mais precisam; os ricos ficam mais ricos e os pobres mais pobres e mais numerosos.

No Fórum Social Mundial de Porto Alegre, o representante da UNESCO no Brasil, denunciou de viva voz aquilo que já todos sabiam, que o “consenso” provocou o aumento das desigualdades e da pobreza no Mundo.

Segundo dados das Nações Unidas, o número de países classificados como os “mais pobres “ passou de 24 em 1972 para 45 em 1993. Em 1990, o número de pobres no Mundo alcançou os 1.300 milhões. E, o aumento do número de pobres verifica-se em todo o mundo, tanto no desenvolvido, como subdesenvolvido.

Como que em contraponto, reúnem-se em Monterrey, em Março de 2002, os chefes de Estado e de Governo, para discutir a forma de fazer frente aos problemas de financiamento do desenvolvimento do Mundo, em particular nos países subdesenvolvidos.

A meta proposta é de erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que se avança para um sistema económico mundial, baseado na equidade e que inclua a todos.

O preâmbulo do documento base desta Conferência ficou conhecido como “Consenso de Monterrey”. Este consenso é um consenso entre desiguais, entre os que têm muito e os que têm pouco ou quase nada.

O “Consenso de Monterrey”, não supera o “Consenso de Washington”, que é mais normativo e actua como instrumento de políticas económicas, sob a orientação do FMI e Banco Mundial há mais de uma década.

Este documento não dá respostas concretas sobre a quantidade e qualidade de recursos que os países ricos estão dispostos a disponibilizar para atingir os objectivos internacionais de desenvolvimento.

Actualmente chegou-se à conclusão de que os programas assistenciais de “alívio transitório” da pobreza não são sustentáveis a longo prazo, devido aos seus elevados custos e exigências de apoio financeiro por parte dos países ricos.

Estes dados mostram bem o falhanço do denominado “Consenso de Washington”, e é, talvez por isso, que Jacques Chirac, que preside durante este ano de 2003 ao clube dos países mais ricos- o G.8, prometeu lutar por uma mundialização controlada e solidária.

O Presidente brasileiro Inácio Lula da Silva, rejeitou o dogma neo-liberal do “Consenso” e mudou o destino de milhões de dólares, reservados à compra de aviões de guerra, para os empregar no combate à fome e reforçar a intervenção do Estado na educação, na saúde e na salvaguarda dos recursos naturais.

Entendo que, tanto esta posição como aquela que o mesmo Presidente Lula da Silva assumiu na última reunião dos G. 8, em Évian a 2 deste mês, o coloca na lógica de Tobin, prémio Nobel da Economia, que em 1983, propunha uma taxa de 0,5% sobre as transacções financeiras, para criar um Fundo Mundial de Cidadania dotado de muitas dezenas de biliões de dólares por ano, destinados a financiar o Contrato Mundial da Água e todas as acções que visassem um desenvolvimento da riqueza comum mundial.

A consideração das políticas económicas numa lógica de precedência relativamente às políticas sociais, coloca em sério risco o aprofundamento do modelo social europeu na sua matriz de coesão, e dão bem conta do modo como hoje se procura, sob a capa da regulação pelos mercados, privatizar sectores fundamentais do sistema de protecção social, sem acautelar e salvaguardar o interesse dos mais vulneráveis e a possibilidade de seu acesso ao exercício de direitos e serviços.

Trata-se assim, de desenhar políticas sociais centradas em eixos assistencialistas, longe do quadro de direitos, participação e autonomia, que no meu entender devem ser as pedras toque de uma sociedade equilibrada e que encontra nos diversos domínios de política (económica, de emprego, social e ambiental) a linha condutora essencial.

Onde também se detecta um claro efeito social das políticas neo-liberais é o no enfraquecimento dos níveis de protecção laboral. O crescimento dos níveis de desemprego e o aumento da precariedade e da instabilidade no trabalho são factores que concorrem para o aumento das desigualdades. Este é, claramente, um outro terreno em que a nossa voz tem que fazer-se ouvir, na defesa dos mais expostos ao risco deste tipo de políticas, fomentando a sua participação plena e activa, em todos os espaços de reflexão e debate.

A grande questão que temos de ponderar é, a questão que mais me tem movido, de saber qual o papel da economia social, da sociedade civil, para a concretização de uma política social mais justa?

A Economia Social constitui-se como um elemento essencial na concretização do modelo social europeu. É precisamente, neste ponto, que julgamos necessário reafirmar o papel da sociedade civil- das IPSS, das misericórdias, das mutualidades e das cooperativas.

Tanto, ou mais urgente do que reordenar as políticas sociais, é urgente que o Homem se reconheça como Homem na sua própria dignidade e liberdade e os outros como seus semelhantes.

A pobreza é entendida, no contexto da política actual, como um custo para o capital.

Estamos confrontados com o défice nacional, o desequilíbrio das contas públicas, com a privatização dos serviços públicos, a falência e deslocação das empresas, desemprego em flecha, reforma fiscal, etc., mas falta ver se os ganhos vão compensar a qualidade dos serviços, e chegar aos que precisam.

È urgente que os cidadãos actuem com determinação, de modo a reafirmarem a necessidade da construção de uma nova sociedade mundial, fundada na re- invenção da cidadania social, na promoção de “bens comuns mundiais” (como a água, a terra, a saúde, a educação, etc.) e no esforço de criar instituições mundiais alternativas ao F.M.I., ao Banco Mundial e à Organização Mundial do Comércio.

Como afirma Riccardo Petrella, estamos em vias de perder o sentido do “existir e fazer em conjunto”, o sentido do “bem comum”. Foi dada prioridade aos itinerários individuais (a minha formação, o meu emprego, o meu computador pessoal) e considerados como expressão fundamental e insubstituível da liberdade.

A liberdade fundamental primordial nas nossas sociedades tornou-se a liberdade de mercado – todas as outras liberdades derivam e dependem dela. Tudo deve ser posto ao serviço de “Deus mercado” ou da sua tríade: a liberalização, a desregulamentação e a privatização...

Precisamos de nos convencer que os obstáculos interpostos no desenvolvimento integral não são apenas de ordem económica, mas dependem de atitudes mais profundas que para o ser humano se configuram em valores absolutos.

Por isso, é de esperar que todos aqueles que são responsáveis em relação aos seus semelhantes, de uma maneira ou de outra, por uma “vida mais humana” se dêem plenamente conta da urgente necessidade de uma mudança de atitudes, que determinam o comportamento de cada Homem naquilo que diz respeito a si próprio e nas relações com os outros, com as comunidades e com a natureza, e isto em virtude de valores superiores, como o bem comum, o pleno desenvolvimento “do Homem todo e de todos os Homens”.

Sabemos que as causas que colocam os maiores entraves ao desenvolvimento integral são a avidez do lucro e a sede de poder...

Termino, recordando a passagem bíblica, em que Caim mata seu irmão Abel, e a que Deus interroga: onde está e o que fizeste do teu irmão?

Nem só de dinheiro vive o Homem...